



Ata da 5ª Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim-ES, referente ao 1º Período da 2ª Sessão Legislativa da 9ª Legislatura, realizada no dia 03 de março de 2022.

Aos três dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, **sob a Presidência do Vereador Brás Zagotto**, realizou-se, com início às quatorze horas e trinta e cinco minutos, a Quinta Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Cachoeiro de Itapemirim–Espírito Santo, referente ao Primeiro Período da Segunda Sessão Legislativa da Nona Legislatura. / Conforme o registro de chamada, foi constatada a ausência do Vereador Arildo Tomaz Bucker. / Na abertura dos trabalhos, o Edil Leonardo Cleiton Camargo fez a leitura da passagem bíblica. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Informa que a sessão foi iniciada com um pouco de atraso devido a uma reunião entre os vereadores e um representante da Santa Casa para tratar das dificuldades que aquele hospital está enfrentando. / A seguir, foram executados os Hinos Nacional Brasileiro e o do Município de Cachoeiro de Itapemirim, conforme previsão regimental. / Logo após, o secretário procedeu a leitura do **Expediente da Mesa**, que se constou do seguinte: **Projetos de Lei:** 14/2022 – Paulo Sérgio de Almeida; 15, 16 e 17/2022 – Poder Executivo. **Indicações:** 830, 831, 832, 833, 834, 835, 836, 837, 838, 839, 840, 841, 842, 843, 844, 845, 846, 847, 848, 849, 850, 851, 852, 853, 854, 855, 856, 857, 858, 859, 860, 861, 862, 863, 864 e 865/2022 – Adriano Pereira Verediano; 760/2022 – Alexandre Andreza Macedo; 711, 739, 740, 741 e 799/2022 – Alexandre Valdo Maitan; 745, 746 e 747/2022 – Allan Albert Lourenço Ferreira; 681, 682, 683, 684, 685, 686, 691, 823, 824, 825, 826, 827, 828 e 829/2022 – Arildo Tomaz Bucker; 688, 689, 718, 719, 721, 724 e 873/2022 – Brás Zagotto; 725, 726, 727, 728, 748, 749, 750, 751, 752 e 753/2022 – Delandi Pereira Macedo; 687, 705, 804, 808, 818, 819, 820, 822, 874, 875, 876, 877, 879 e 880/2022 – Ely Escarpini; 694, 695, 696, 697, 698, 699, 714, 715, 716, 717, 730, 731, 732, 779, 780, 781, 782 e 878/2022 – Evandro Miranda; 761/2022 – José Carlos Corrêa Cardoso Júnior; 700, 713, 742, 743, 744, 754, 755, 756, 757, 758, 798 e 805/2022 – Leonardo Cleiton Camargo; 720, 722, 723 e 814/2022 – Leonardo Pinheiro Dutra; 733, 809, 810, 811, 812 e 813/2022 – Marcelo Fávero de Oliveira; 706, 707, 708, 709, 710, 734, 735, 736, 737, 738, 769, 770, 771, 772, 773, 774, 775, 776, 777, 778, 815, 816, 866, 868 e 870/2022 – Osmar Francisco; 763, 764 e 765/2022 – Paulo Grola; 690, 692, 693, 701, 783, 784, 785, 786, 787, 788, 789, 790, 791, 792, 797, 800, 801, 802, 803 e 807/2022 – Paulo Sérgio de Almeida; 702, 703, 704, 712, 729, 759, 762, 793, 794, 795 e 796/2022 – Sandro Dellabella Ferreira; 766, 767, 768, 806, 817, 821, 867, 869, 871 e 872/2022 – Sebastião Ary Corrêa. **Requerimentos:** *Pedido de Informação:* 22/2022 – Delandi Pereira Macedo; *Votos de Congratulação:* 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154 e 155/2022 – Osmar Francisco; *Votos de Pesar:* 16/2022 – Evandro Miranda. / Na sequência, passou-se ao **Pequeno Expediente**, quando usaram a tribuna os seguintes Edis: / **Sebastião Ary Corrêa:** — Registra que, esta semana, fez uma live sobre as dificuldades pelas quais a Santa Casa está passando. Comenta que o governador está empurrando com a barriga o problema da Santa Casa para, quando chegar próximo às eleições, sair como o salvador da Pátria. Lamenta que os governantes não pensem na saúde do povo, e sim em reeleição. Fala sobre o empenho dos vereadores em ajudar aquela entidade junto ao governador, o qual dá pouca atenção aos edis. Menciona que algumas pessoas estão internadas na Santa Casa há seis meses à espera de uma cirurgia ortopédica, por conta de os médicos não estarem recebendo seus

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



salários. Analisa que essa situação está acarretando um desprestígio muito grande para a Câmara, e os vereadores precisam tentar resolver isso. Conta que um rapaz com uma doença nos ossos já perdeu a mão e corre o risco de perder o antebraço, porque está há seis meses esperando uma cirurgia, mas nenhum médico a realiza. Pergunta cadê o juramento de Hipócrates que os médicos fazem a fim de salvar vidas. Diz que, muitas vezes, esses profissionais colocam o dinheiro à frente do gesto humanitário. Lembra que a situação da Santa Casa vai de mal a pior desde o governo passado. Frisa que a Santa Casa é uma referência de atendimento em todo o Estado, mas nenhuma outra Prefeitura ajuda o referido hospital. Indaga por que só a Prefeitura de Cachoeiro ajuda a Santa Casa. Ressalta que as Prefeituras dos Municípios do Sul do Estado precisam ajudar àquela entidade. Espera que o Governador Renato Casagrande tome vergonha e resolva a situação da Santa Casa. Salienta que os vereadores deveriam convidar o governador para comparecer à Câmara para explicar o porquê de a Santa Casa estar nessa situação, com uma dívida de cerca de 130 milhões de reais. / **Osmar Francisco:** — Lamenta a morte do ex-vereador Marcelo Bózio, que era uma pessoa educada e o braço direito do Deputado Theodorico de Assis Ferraço. Conta que ligou muitas vezes para o Marcelo, pedindo-lhe ajuda em favor da população carente de Cachoeiro. Lembra que Ferraço também teve a seu lado o Alício Franco, que sabia atender e respeitar as pessoas. Deixa registrados seus sentimentos de pesar à família do Marcelo. Informa que a placa com o nome do saudoso Silvinho Coelho, cujo vereador defendia tanto o Distrito de Conduru, ficou pronta e vai ser colocada no Gabinete 03. Inclusive menciona que o problema da falta de médico naquele distrito será resolvido pelo secretário de Saúde. Comunica que fez um requerimento ao Poder Executivo questionando a respeito da taxa de esgoto em Cachoeiro. Avalia que não há condições de as pessoas pagarem 200 reais de conta de água, sendo que a metade desse valor é referente à taxa de esgoto. Avisa que vai fazer um abaixo-assinado em todos os bairros de Cachoeiro para dar entrada em ação no Ministério Público, porque o pobre não pode pagar essa taxa absurda. Registra que foi confirmada a sua pré-candidatura a deputado estadual e que o povo do Zumbi e de outros bairros do Município abraçaram essa ideia. Frisa que, se for eleito, como homem pobre, morador do morro e negro, vai representar muito bem o povo de Cachoeiro de Itapemirim, com seu slogan “Com Chupeta nem criança chora”. / **Diogo Pereira Lube:** — Volta a pedir que o Município pague o novo piso nacional aos professores de Cachoeiro. Salienta que o Município precisa dar explicações técnicas sobre esse assunto, pois há Prefeituras concedendo um aumento de 33%, o qual é pago com o dinheiro do FUNDEB. Comenta que muitos professores também estão aguardando que os novos computadores cheguem às escolas para iniciarem os processos de trabalho. Ressalta que o colega Ary foi muito feliz em sua fala sobre a Santa Casa e todos os vereadores devem potencializar o pedido para que o Governo do Estado, os deputados e os senadores ajudem aquela entidade, que cuida das pessoas de todo o Sul do Espírito Santo e passa por grandes dificuldades financeiras. Espera que os poderes públicos Legislativos e Executivos, nas esferas estaduais e federais, possam dar um aparato financeiro para que a Santa Casa continue funcionando. Registra que criou um projeto de decreto legislativo para que seja dado o nome do ex-vereador Higner Mansur a uma das salas da procuradoria. Menciona que essa homenagem é por todo o trabalho legislativo e jurídico feito pelo ex-vereador Higner na Câmara, o qual sempre seguiu as recomendações da procuradoria e os parâmetros legais e constitucionais. Frisa que sempre se espelhou no ex-vereador, com o qual aprendeu muito. Pede aos vereadores que assinem esse projeto de decreto, que precisa de sete assinaturas. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Lembra que, na semana passada, a conta bancária da Câmara Municipal sofreu a ação de hackers e houve rumores de desvio de dinheiro, o que não ocorreu. Então, solidariza-se com a equipe financeira da Câmara, formada pela Emília e pelo Rafael, os quais sofreram muito com essa situação. Inclusive deixa claro que em momento algum a Câmara colocou em dúvida a



honestidade dessas duas pessoas nem do Presidente Brás Zagotto, que é muito sério e sempre informa aos vereadores tudo o que acontece na Casa. Comenta que, também na semana passada, solicitou ao Secretário de Obras, o Bolelli, que olhasse para o asfalto da subida de Itaoca até Alto Moledo, que está todo arreventado e causa sofrimento às pessoas que trafegam por lá. Menciona que o seu papel, auxiliado por seus assessores, é fazer indicações ao prefeito e aos secretários, mostrando-lhes os problemas da cidade. Pede desculpas por ser uma pessoa persistente em suas reivindicações, mas repete que esse é o seu dever como vereador. Volta a convidar o Secretário Bolelli para visitar aquela estrada, pois precisa dar uma resposta à população. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Ressalta que todos os vereadores estão pedindo em favor da Santa Casa. Diz que, quando os colegas falam sobre a falta de atendimento no referido hospital, não são críticas pontuais aos funcionários, e sim por conta do sofrimento das pessoas que estão internadas lá há vinte, trinta, quarenta dias aguardando um procedimento. Lembra o caso de uma mulher que ficou internada mais de quarenta dias na Santa Casa, não foi operada, e a família teve que se juntar para pagar uma cirurgia particular. Analisa que, se a bolha em que se encontra a Santa Casa explodir, a situação vai ficar ainda pior em Cachoeiro e no Sul do Estado, pois, sem aquele hospital, o setor de saúde virará um caos. Fala sobre a criação de um consórcio entre os trinta Municípios que enviam seus pacientes em ambulâncias bem equipadas para a Santa Casa, os quais deveriam prestar ajuda financeira àquele hospital. Deixa claro que apenas o dinheiro do SUS não cobre as despesas da Santa Casa. Comenta que muitos pacientes acabam ficando nos corredores do hospital, porque não há vagas. Inclusive relata que os médicos passam todos os dias para ver os pacientes e explicam que eles não são operados, porque não há material nem equipamentos. Solicita aos vereadores dos Municípios do Sul do Estado que ajudem os de Cachoeiro a brigarem pela Santa Casa, que tem uma dívida de mais de 100 milhões de reais e mais de duzentos pacientes internados. Destaca que os vereadores de Cachoeiro estão pedindo ao Governo do Estado um aporte financeiro para a Santa Casa, e o Presidente Brás vai marcar uma agenda com o governador. Repete que é preciso fazer algo em favor da Santa Casa, porque os médicos já estão quase entregando os pontos. Avalia que a situação da saúde já está ruim com a Santa Casa funcionando e vai piorar, se o referido hospital fechar as portas. / **Adriano Pereira Verediano:** — Registra que repetiu pedidos para algumas demandas que precisam ser vistas pelo Executivo, como é o caso da travessia em frente ao fórum, no Bairro Independência, onde passam muitos pedestres e o fluxo de carros é intenso, mas não há uma sinalização adequada. Pede às secretarias responsáveis que olhem a situação daquela rua. Lembra que, em março do ano passado, reivindicou à Prefeitura a reforma de um muro daquela via, o qual caiu em cima de um carro, mas nada foi feito lá ainda. Menciona que, no mesmo local, o trânsito de ônibus aumentou devido a uma modificação de rota, mas, até hoje, não há um abrigo coberto com assentos para os usuários do transporte coletivo. Sugere que seja construído um ponto de ônibus em frente à Delegacia da Mulher para dar maior comodidade às pessoas. Reforça um pedido antigo para que seja feito um quebra-molas na Linha Vermelha, próximo ao Marcelo Motos, o que foi solicitado pela comunidade, através de um abaixo-assinado. Informa que também protocolou um pedido à Prefeitura para que seja construído um passeio público na Linha Vermelha, no sentido fórum-Tiro de Guerra, já que os pedestres acabam disputando espaço com os carros na rua. Diz-se triste, porque já fez esses pedidos há mais de um ano, mas não foi atendido. Enfatiza que vai continuar fazendo o seu papel de vereador, indicando obras e fiscalizando o Poder Executivo. Ressalta que uma comitiva, formada pelo prefeito, vice-prefeito e secretários, visitou o Bairro Nossa Senhora da Penha para verificar a necessidade de demolição do antigo SAC; entretanto, essa demolição não foi feita e ninguém falou mais nada sobre isso. Salaria que vai aguardar que alguma secretaria se manifeste para saber se essa demolição será feita ou não. / **Brás Zagotto:** — Pede que seja feito um minuto de silêncio pelo falecimento do ex-vereador Marcelo



Bózio, que ocorreu na terça-feira, devido a um câncer, e deixa registradas suas condolências à família dele. Lembra que o Marcelo Bózio foi vereador de 2000 a 2004 e secretário Municipal de Cultura de Cachoeiro. / Em seguida, foi observado um minuto de silêncio, conforme solicitado. / **Brás Zagotto:** — Agradece ao médico da Santa Casa que esteve na reunião realizada no gabinete da presidência. Registra que a Santa Casa passa por grandes dificuldades financeiras; por isso, ele está tentando marcar uma reunião com o Governo do Estado para falar sobre esse problema. Comenta que disse aos componentes da Comissão de Saúde da Câmara que, se for preciso, os vereadores irão, amanhã, para a porta da Santa Casa; porém, os colegas comentaram que, talvez, isso não seja bom, porque as conversas estão bem encaminhadas e já foram ouvidos os médicos e a direção do hospital, assim como também o Governo do Estado. Informa que a Santa Casa tem um déficit de 50 mil reais por dia, totalizando 1 milhão e 500 mil reais/mês, e ainda tem uma dívida de mais de 100 milhões de reais. Recorda que o ex-governador fez um corte de 30% nos gastos do Estado do Espírito Santo, o que atingiu o setor de saúde, especialmente o convênio que havia com a Santa Casa, sendo que a entidade não diminuiu o número de atendimentos prestados, com seus duzentos e seis leitos disponíveis. Salienta que recebeu o vídeo de um garoto que está internado na Santa Casa há mais de seis meses e já perdeu uma parte do braço. Ressalta que existem outras pessoas internadas lá aguardando dois, três meses por cirurgias simples. Conta que os médicos não estão recebendo seus salários. Menciona que o Estado paga à Santa Casa, através de convênio, 5 milhões e 300 mil reais, mas a entidade só recebe 4 milhões e 100 mil reais, porque 1 milhão e 200 mil reais ficam retidos na Caixa Econômica, devido ao empréstimo consignado que o hospital fez. Relata que, diante de toda a conversa que já ocorreu, o governo entendeu a situação complicada vivida pela Santa Casa e vai aumentar para 6 milhões 550 mil reais o repasse para a entidade. Comunica que a Senadora Rose de Freitas fez uma emenda, no valor de 8 milhões de reais, para a Santa Casa, e o Deputado Evair de Melo também apresentou emenda para ajudar o hospital. Lembra que o governador pensou em comprar o imóvel onde funciona a Santa Casa, pagar as dívidas da entidade e transformá-la em um hospital público. Frisa que a Santa Casa atende a todo o Sul do Estado e é considerada a “mãe dos pobres”. Diz que, se não for possível os vereadores irem a Vitória, vai sugerir que o governador venha à Câmara para ser sabatinado pelos colegas, e, assim, seja dada uma resposta à sociedade cachoeirense. Comenta que, quando a Santa Casa foi fechada, a Diocese de Cachoeiro assumiu o hospital, porque ninguém queria essa responsabilidade. Repete que o valor do contrato do governo com a Santa Casa é de pouco mais de 5 milhões de reais, enquanto que um hospital do mesmo porte em Vitória recebe 11 milhões de reais. Acredita que o governador ouvirá os vereadores, os diretores, o conselho da Santa Casa e a população de Cachoeiro e ajudará o hospital a sair dessa crise. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Fala sobre o importante curso de receitas para dietas aplicado para oito mulheres da comunidade de Pacotuba, nos dias 23, 24 e 25/02, para o qual buscou parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, visando a geração de emprego e renda. Parabeniza a instrutora que aplicou esse curso, a Rita, que demonstrou um conhecimento magnífico. Agradece ao Secretário de Desenvolvimento Econômico, o Francisco, à Subsecretária de Emprego e Renda, a Cristiane, ao Gerente de Trabalho e Emprego, o Maycon, às Coordenadoras Suzane e Jéssica e ao pessoal do Senar. Também agradece à Comunidade Católica São Roque, nas pessoas do Adailton e da Jaqueline, pela disponibilização da estrutura para a aplicação desse curso. Agradece ainda ao Sr. Fernando, que ajudou no evento, ao Sr. Moacir e às meninas que fizeram as refeições para servir o pessoal que estava participando do curso. Segue agradecendo também seus assessores, que se empenharam bastante na realização de citado curso. Salienta que é preciso avançar quanto à geração de emprego e renda, pois o Brasil e o mundo passam por um momento muito difícil devido à pandemia. Diz que, como representante da população, está lutando para que o poder público



possa levar cursos para as comunidades. / **Leonardo Cleiton Camargo:** — Menciona que sempre percorre as ruas de Cachoeiro e a cada dia vê que a quantidade de buracos só aumenta, inclusive há lugares que parecem até estradas de chão. Lembra que, na semana passada, ocorreu um acidente no Bairro Coramara, no qual um rapaz caiu de moto em um buraco e teve uma fratura exposta no braço, o que o impossibilitou de trabalhar. Frisa que esse acidente ocorreu devido à negligência do prefeito, do poder público. Comenta que, há mais de um ano, solicitou à Prefeitura que resolvesse o problema das ruas do Município, mas, infelizmente, ela só começou a tomar providências depois desse acidente. Conta que, quando a Prefeitura estava fazendo o conserto da rua onde ocorreu o acidente com o rapaz, imaginou que o serviço seria feito em todo o bairro, mas, para a sua decepção com o Prefeito Victor Coelho, foram tapados apenas três ou quatro buracos. Pergunta por que não taparam os buracos de outras ruas. Deixa claro que não é mais possível passar de carro na Rua Abelardo Barbosa devido à condição ruim do asfalto. Então, mais uma vez, pede ao prefeito que mande consertar as Ruas Abelardo Barbosa, Maria Emília Lesqueves, Fotógrafo Guilherme, entre outras. Sugere ao Prefeito Victor Coelho que prepare melhor seus secretários e os serviços prestados. Enfatiza que é obrigação do poder público disponibilizar ruas em bom estado para a população transitar, já que ela paga impostos. Cobra ao prefeito que providencie o serviço de tapaburacos nas ruas de Cachoeiro. / **Delandi Pereira Macedo:** — Pede ao presidente em exercício que o Veto 08/2021 seja apreciado hoje. / **Adriano Pereira Verediano (Presidente em exercício):** — Acata o pedido do vereador. / **Delandi Pereira Macedo:** — Registra que, a seu pedido, a Deputada Federal Lauriete encaminhou para Cachoeiro uma emenda parlamentar no valor de 350 mil reais, a qual já está à disposição do Município, para que seja adquirida uma Van equipada com um consultório odontológico, com vistas a atender as comunidades. Inclusive ressalta que vai encaminhar ao secretário de Saúde e ao prefeito o pedido para que esse equipamento seja adquirido. Saliencia que é importante os vereadores lutarem para melhorar as condições de atendimento à população. Destaca que a Fayda Belo lhe falou sobre o projeto que faz uma alteração no Conselho da Mulher, o qual está na pauta da próxima reunião da Comissão de Constituição. Solicita ao presidente que tal projeto seja colocado em votação na próxima terça-feira, que é o Dia Internacional da Mulher. / Prosseguindo, teve início o **Grande Expediente**, ocasião em que ocuparam a tribuna, por ordem de inscrição, os seguintes Edis: / **Diogo Pereira Lube:** — Menciona que as ruas de Cachoeiro estão esburacadas e precisam ser consertadas. Ratifica os pedidos de melhoria das Ruas Atílio Vivácqua, Ozil Passoni e das vias dos condomínios localizados no Bairro São Francisco de Assis e também de reforma da quadra do Bairro Santa Cecília, além de outras solicitações dos vereadores que vêm sendo feitas há muito tempo. Conta que, na semana passada, o Arthur Louzada Pícoli, que é de Conduru, reclamou da obra que está sendo feita na Linha Vermelha. Segue falando sobre a guerra terrível que está ocorrendo entre a Rússia e a Ucrânia, a qual pode afetar diretamente o Brasil. Analisa que as pessoas estão fazendo um combate ideológico nas redes sociais sobre essa guerra. Frisa que não há um lado coerente em uma guerra, pois, a seu ver, ela só demonstra que a humanidade tem falhado no processo de civilização. Deixa claro que a guerra na Ucrânia não é entre a direita e a esquerda, e sim territorial e de mercado, que envolve um autocrata russo que, há mais de vinte anos, está no poder, o qual tem o domínio econômico sobre a região. Relata que a Ucrânia é uma nação que se construiu e se oficializou nos anos de 1990, tem sérios problemas étnicos, na política, deseja se desenvolver economicamente junto à União Europeia e quer fazer parte da OTAN. Ressalta que, infelizmente, a Rússia se justifica dizendo que está levando a paz e quer acabar com o conflito étnico na Ucrânia, mas isso está sendo feito com tanques de guerra. Menciona que essa guerra pode fazer com que a economia do Brasil, que já está defasada e com problemas, por conta da pandemia e da falta de gestão, fique ainda pior. Cita que, em um mundo capitalista, as questões energéticas, medidas em



dólares, podem afetar o Brasil, com o aumento da botija de gás, que já custa mais de 100 reais, da gasolina e dos alimentos. Fala ainda do medo de que esse conflito se torne uma guerra nuclear. Informa que em 07/09 será comemorado o aniversário de duzentos anos de Independência do Brasil e, este ano, a população vai escolher o presidente da República, governador, senador, deputados federais e estaduais, o que deve ser feito com prudência. Então, diz que os chefes de Estado do Brasil devem fazer discursos que não coloquem o País no campo de guerra. Enfatiza que o Brasil precisa de governantes que cuidem do povo. Registra que é muito triste, ainda em plena pandemia, ver o início de uma guerra e a iminência de outras. Pede que seja feito um minuto de silêncio para que se pense na paz, que deve ser prioridade em todo o mundo. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Acata o pedido do vereador e acrescenta que esse minuto de silêncio também será em homenagem aos mais de dois mil mortos na guerra da Ucrânia. / Logo após, foi observado um minuto de silêncio, conforme solicitado. / **Diogo Pereira Lube:** — Segue citando a música “Canção do Senhor da Guerra”, de Renato Russo. Pede paz na Ucrânia, no mundo e principalmente na política. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Reclama novamente da EDP que, quando faz a poda de árvores, as deixa deformadas, como é o caso das que ficam na rua ao lado da Câmara, sem contar que a empresa também não recolhe os galhos. Critica a EDP por não fazer a poda preventiva das árvores para evitar problemas. Frisa que não está culpando os trabalhadores que fazem o serviço, e sim a chefia, que deve procurar modernizar e humanizar a poda das árvores. Comenta que a energia está cada vez mais cara e os usuários não recebem atenção da EDP, quando avisam que há galhos de árvores encostando na rede elétrica. Lembra que foi dito em uma reunião que a empresa contava com apenas uma equipe de profissionais para fazer a poda de árvores em todo o Sul do Estado. Analisa que essa região deveria ser dividida em blocos, pois, assim, a equipe, acompanhada de um técnico do setor de Meio Ambiente, prestaria um melhor serviço de poda à população. Relata que a Prefeitura paga à EDP pelas extensões de rede, mas esse serviço demora muito a ser feito, às vezes, mais de ano, mesmo a empresa já tendo recebido. / **Aparteando Brás Zagotto (Presidente):** — Deixa claro que a Secretaria de Meio Ambiente deve fiscalizar a poda de árvores para que o serviço não seja feito de qualquer forma. Quanto às extensões de rede, diz que o Município paga pelo serviço, mas não cobra a execução dele; então, a Prefeitura está errada. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Ressalta que a Secretaria Estadual de Meio Ambiente também deveria fiscalizar o serviço de poda feito pela EDP, já que a empresa atua em todo o Espírito Santo. Diz que conversou com o Gonzaga, da Prefeitura, a respeito das extensões de rede, o qual lhe contou que irá até a EDP reclamar da demora para a realização desse serviço. Registra que a EDP é uma empresa grande, mas não tem um cronograma para dar um feedback ao cidadão. Segue comentando que, hoje, veio trabalhar de ônibus, o que faz uma ou duas vezes por mês, e viu que passaram três desses veículos lotados. Então, frisa que deveria ser aumentado o número de ônibus circulando nos horários de pico, especialmente nas linhas dos Bairros Aeroporto e BNH. Destaca que fez uma indicação à AGERSA, com vídeo e foto desses ônibus lotados, para que sejam tomadas as providências. Informa que foi marcada uma reunião para, amanhã, na agência e espera que haja melhorias para as pessoas que utilizam o transporte público. Cita que há pessoas, que não são usuárias de ônibus, fazendo críticas nas redes sociais e dando sugestões mágicas, como colocar mais uma empresa de transporte em Cachoeiro. Deixa claro que não há solução mágica para o transporte coletivo no Município, pois a cidade tem apenas a Rodovia do Valão, a Avenida Jones dos Santos Neves e a Linha Vermelha, não havendo espaço viário para outra empresa. / **Paulo Grola:** — Comenta que, na semana passada, esteve em Vitória conversando com o Secretário Gilson Daniel sobre o CRAS de Soturno, quando lhe foi dito que o dinheiro para isso já estava à disposição do Município. Ressalta que o Gilson Daniel pediu ao Secretário Bolelli para abrir uma conta na qual será depositada a primeira parcela para a realização



dessa obra. Lembra que vem pedindo a construção desse CRAS desde que era presidente da associação de moradores. Acrescenta que também falou com o Gilson Daniel sobre a estrada da fábrica de cimento a Gironda, sendo-lhe dito que o Governo do Estado vai repassar o dinheiro para pagar os sessenta dias de patrol necessários para fazer o serviço lá. Diz que essas duas obras vão acontecer, porque viu nos olhos do Gilson Daniel o interesse dele em ajudar a comunidade. Registra que há muitas conversas com relação ao problema financeiro da Santa Casa, que pode fechar as portas, mas os vereadores ainda não foram conversar com o governador nem tentaram trazê-lo à Câmara. Menciona que um médico daquele hospital lhe disse que os profissionais não podem deixar de trabalhar, mas podem pedir demissão, se os seis meses de salários atrasados não forem pagos. Salienta que a Santa Casa é a “mãe acolhedora” que atende a todo o Sul do Estado. Espera que o Presidente Brás consiga trazer o governador à Câmara ou levar os vereadores a Vitória para tentar resolver o problema da Santa Casa. / **Delandi Pereira Macedo:** — Registra que tem trabalhado muito na região do Grande Village, da qual fazem parte os Bairros Rubem Braga, Bom Pastor, Fé e Raça e Cidade Alta. Diz que fez um pedido para que a rua do campo, no Bairro Novo Parque, seja iluminada. Inclusive menciona que 90% daquele campo já estão gramados. Acrescenta que também pediu que seja feita a iluminação da Rua das Gaivotas, que dá acesso à Escola Professora Gércia Ferreira. Informa que solicitou ao Secretário de Obras, o Rodrigo Bolelli, que as ruas do Bairro Cidade Alta sejam pavimentadas, e a equipe da Prefeitura fará um levantamento lá nos próximos quinze dias. Analisa que não é possível avançar nas conquistas e benfeitorias para a cidade, se não houver projetos e planejamento. Fala sobre a sua expectativa de que muitas obras sejam realizadas na região do Grande Village, o que é fruto de muito empenho de sua parte. Frisa que, se a Cidade Alta vai receber melhorias, é porque há projetos, planilhamento e as obras estão inseridas no orçamento do Município. / **Aparteando Ely Escarpini:** — Comenta que, em 2018, deu entrada em projeto para a construção do muro que foi iniciado na divisa dos Bairros Santa Helena e Nossa Senhora da Penha, mas só agora a obra está sendo feita. / **Delandi Pereira Macedo:** — Explica que no poder público apenas as manutenções, como as operações tapa-buracos e a troca de lâmpadas, são feitas de forma imediata, sendo que as obras de infraestrutura devem ser planejadas. Ressalta que só o processo de licitação de uma obra demora cerca de seis meses, mas, até chegar a esse ponto, levam três, quatro anos. Salienta que vem lutando para conseguir que sejam feitos investimentos no Bairro Rubem Braga e que, inclusive, há dois projetos completos para a revitalização daquele local. Comenta que os Vereadores Paulinho Careca e Allan também vêm batalhando para que sejam feitos investimentos em suas regiões. Relata que há projetos de obras para diversas ruas do Bairro Bom Pastor que estão na ponta da agulha para serem licitadas, o que também é fruto de muito trabalho e luta de sua parte. Diz que leva os projetos até as secretarias e conduz o prefeito e os secretários ao local para que entendam a importância das obras. Avalia que, com o empréstimo de 85 milhões de reais, será possível acertar muitas coisas no Município. Lembra que, no início do primeiro mandato do Prefeito Victor Coelho, o convidou para ir aos Bairros Fé e Raça e Rubem Braga e lhe disse que aquelas ruas precisavam ser pavimentadas, da mesma forma que o Vereador Ely conseguiu que fosse feito na comunidade do Zumbi. Conta que, depois disso, o prefeito abraçou a causa, e foram pavimentadas as ruas da Escola Professora Gércia e a Raimundo Andrade. Acrescenta que também foram concluídos projetos para a feitura de obras nas encostas da região do Grande Village. Chama a atenção para o fato de que, se aparece um buraco nas ruas dos bairros de classe média e alta, imediatamente, a Prefeitura faz o conserto, enquanto que os bairros pobres são os últimos a serem contemplados. Enfatiza que, depois de muito trabalho, a região do Grande Village está sendo atendida com obras importantes de infraestrutura. Registra que está em seu terceiro mandato na Câmara e trabalha em favor da população. Menciona que os vereadores atuam em conjunto, mas dependem da Prefeitura,



que é quem executa os serviços. Cita também que a Prefeitura está fazendo obras estruturantes nos Bairros Aeroporto, Boa Vista, Marbrasa, Vila Rica, Independência, entre outros, o que considera importante para toda a sociedade cachoeirense. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Lembra que já fez diversos pedidos à Secretaria de Trânsito para que mantenha em dia a sinalização nas imediações das escolas, com pinturas de faixas e colocação de placas. Conta que, no final do ano passado, no Bairro Jardim Itapemirim, uma criança foi atropelada por um motoqueiro. Ressalta que é obrigação da Prefeitura providenciar sinalização horizontal e vertical em todo o Município, principalmente nas proximidades das escolas. Comenta que, no período de férias e de pandemia, esse serviço poderia ter sido feito na cidade, mas, infelizmente, isso não ocorreu. Enfatiza que está cansado de solicitar isso à secretaria e não ser atendido; então, pede encarecidamente ao Prefeito Victor Coelho que exija dos responsáveis que façam esse serviço tão necessário para a população. Diz esperar que não aconteça outro acidente para que a Prefeitura tome providências quanto a isso. Cita que na Avenida Domingos Alcino Dadalto, no Bairro IBC, há quatro escolas e um trânsito intenso de carretas; portanto, as placas serviriam como um sinal para os motoristas terem mais prudência e atenção por ser um local onde passam muitos estudantes. Reflete que quem gerencia esse serviço tem que bater na mesa e dizer que precisa de tinta, de rolo e de máquina, e não ficar esperando as coisas caírem do céu; do contrário, não haverá sinalização na cidade, como já vem ocorrendo há quase seis anos. / **Aparteando Diogo Pereira Lube:** — Concorda com o colega, pois, como professor, também vê a necessidade de pintura de faixas e de estudos técnicos para a instalação de redutores de velocidade, principalmente nas avenidas onde há escolas próximas. Diz que também fez esse pedido ao Secretário Alex da Vitória, o qual destacou que a burocratização do serviço público é algo que até machuca, já que é preciso fazer licitação para comprar tintas e outras coisas, enquanto as crianças correm risco. Solidariza-se com o Vereador Paulinho e se coloca à disposição para potencializar esses pedidos e também cobrar providências. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Comenta que tem ciência da ida do colega à secretaria e também de seu pedido. Ressalta que os moradores do Bairro Jardim Itapemirim estão perguntando por que não iniciaram ainda a obra do campo bom de bola. Inclusive conta que, depois que a Prefeitura praticamente deu a ordem desse serviço, ele até fez uma publicação em suas redes sociais. Explica que a drenagem tem que ser retirada de lá para que, caso haja algum problema, não seja preciso danificar o espaço. Menciona que, de acordo com o projeto, essa drenagem vai passar pela rua, que é o certo a se fazer. Destaca que conversou com a Secretária Lílian, por quem tem muito carinho e admiração, e, graças a Deus, a ela e a toda a equipe da secretaria, na semana que vem, será reiniciada a obra do Bairro Jardim Itapemirim. Então, agradece à secretária e diz que os munícipes ganharam muito com a presença dela na pasta de esporte. Fala também sobre a obra do Bairro Alto Monte Cristo, a qual considera um presente do Governo do Estado, do prefeito e da Secretária Lílian. Ressalta que a secretária foi a Vitória diversas vezes solicitar um ginásio para aquele bairro. Comenta que, há cerca de duas ou três semanas, a empresa fez a limpeza do local e já está pronto também o serviço de sondagem onde será instalada a quadra; assim, espera que as obras do ginásio do Bairro Alto Monte Cristo sejam iniciadas na semana que vem. Agradece também ao Secretário Paulo Miranda pelo patrolamento da estrada de Bebedouro. Recorda que o Vereador Brás disse que há no Município novecentos quilômetros de estrada de chão, mas algumas estão sendo pavimentadas com revsol. Lamenta que a Secretaria de Interior não consiga atender a demanda, já que não tem mão de obra nem maquinários suficientes. Informa que a referida pasta conta só com três patrões, sendo que duas estão sempre na oficina. Então, diz que o Secretário Paulo Miranda cedeu uma patrol para que o serviço fosse feito naquela localidade. Acrescenta que também está sendo feita a compactação do terreno na comunidade de Córrego do Óleo, em Córrego dos Monos, e, logo após, será iniciado lá o serviço de pavimentação com pavers. Registra que a secretaria fará também a



estrada que liga o Bairro Aeroporto a Córrego do Braz com pavers. Salienta que a pavimentação daquela estrada será feita em parceria, pois o Governo do Estado doou os pavers, a Prefeitura vai entrar com a mão de obra para a compactação do terreno e os empresários vão dar uma quantia em dinheiro para que a empresa contratada faça o serviço. Menciona que tem recebido muitas reclamações quanto ao serviço de troca de lâmpadas, visto que os números 156 e 0800 não atendem. Avisa que, segundo soube, a partir de hoje, o 0800 passa a funcionar para pedidos de troca de lâmpadas. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Reforça a fala dos colegas a respeito do setor de saúde e da situação caótica enfrentada pela Santa Casa. Lamenta que o referido hospital seja olhado de forma tão tardia por parte dos governantes que administram a saúde pública, cujo setor é dividido em atendimento primário, secundário e terciário. Acredita que o Governo Federal tem feito bem a parte que lhe cabe, diante das notícias de repasses financeiros. Comenta que só a boa vontade dos médicos da Santa Casa não é suficiente, já que, para prestar um atendimento digno à população, é preciso haver recurso para comprar material, equipamentos e diversas outras estruturas. Portanto, frisa que o Governo do Estado também tem sua parcela de responsabilidade e precisa investir mais na saúde, principalmente na Santa Casa, que é a mãe dos hospitais do Sul do Espírito Santo. Avalia que um investimento de pouco mais de 5 milhões de reais é insuficiente para atender a demanda daquele hospital. Diz-se abismado com a quantidade de tempo que o Governo do Estado leva para reagir a esse problema gigantesco. Conta que os vereadores recebem muitas reclamações e reivindicações de pessoas que estão há meses na Santa Casa aguardando para serem socorridas em suas necessidades. Enfatiza que esse problema grave deve ser respondido de forma rápida. Salienta que, se o Estado não tivesse dinheiro, até justificaria essa demora; porém, sabe que o Governo Federal está fazendo os repasses, sendo preciso, agora, aplicar os recursos. Menciona que não vai entrar no mérito de administrações anteriores que passaram pela Santa Casa e deixaram alguns furos, pois, a seu ver, primeiro é preciso socorrer o hospital, porque, de fato, os recursos são insuficientes para atender as pessoas que estão padecendo de vários males. Deixa claro que a população está esperando que o Governo do Estado aumente o repasse da saúde para que a Santa Casa possa atender à demanda. Registra que os vereadores estão clamando ao Governo do Estado que faça uma intervenção urgente na Santa Casa, aumentando o repasse financeiro para que o hospital possa sair dessa situação crítica. Lembra que, em fevereiro de 2021, o superintendente de Saúde esteve na Câmara e foi sabatinado pelos vereadores, ocasião em que lhe fez um questionamento, já que uma pessoa de sua família tinha em mãos todos os exames preparatórios para uma cirurgia, mas ficou aguardando por cinco anos e não foi chamada, ao que ele respondeu que era o sistema que regulava isso. Acrescenta que, no final do ano passado, a mesma pessoa de sua família foi chamada e repetiu os exames; porém, está esperando até hoje para fazer o procedimento cirúrgico e, assim, mais uma vez, todos os exames foram perdidos. Diante disso, analisa que o sistema de regulação não está funcionando muito bem no Sul do Estado. Informa que, agora, trocaram o superintendente de saúde, o qual, se for chamado a comparecer à Câmara, dirá que não poderá responder as perguntas porque não estava na pasta na época; por isso, terá que averiguar e fazer um procedimento administrativo para achar os culpados. Diz ter certeza de que todo o dinheiro gasto à toa com exames e idas e vindas a Vitória daria para suprir a necessidade de muitas pessoas que estão na Santa Casa aguardando por um atendimento médico. Ressalta que, como este é um ano eleitoral, é importante que as pessoas façam uma avaliação dos candidatos e vejam qual é a proposta deles para resolver o problema da saúde. Comenta que, ao que lhe parece, há o interesse privado de que o SUS não funcione bem para que ele não deixe de faturar. Enfatiza que, como voz do povo, está reivindicando ao Governo do Estado que faça uma intervenção urgente no setor de saúde, de forma especial na centenária Santa Casa de Misericórdia de Cachoeiro de Itapemirim. / **Evandro Miranda:** — Diz que a situação do córrego do Bairro São



Geraldo está insustentável. Conta que, com as últimas chuvas em Cachoeiro, várias casas lá foram alagadas, e, até o momento, o problema não foi resolvido. Registra que, hoje, conversou com o Secretário Vander, que lhe garantiu que, na segunda-feira, a máquina será enviada àquela comunidade para fazer o serviço de desassoreamento do córrego. Informa que a água empoçada está atrapalhando até a passagem das pessoas, sem contar que isso abriu muitos buracos na rua. Então, pede novamente ao Secretário Vander que atenda àquela comunidade. Comenta que o serviço lá atrasou devido às chuvas, mas, agora, com o tempo firme, é preciso dar agilidade. Ressalta que, depois de sua fala sobre o Bairro Nossa Senhora da Glória, os moradores de lá fecharam a avenida principal, agindo na paz e dentro da legalidade. Salienta que ele, o Vice-Prefeito Ruy Guedes e os Secretários Alex da Vitória e Vander Maciel tiveram uma reunião com aqueles moradores, sendo-lhes dada a notícia da drenagem da Rua Francisco Macatrozo, inclusive foi firmado um compromisso com o Pastor Marcelo e a Zezé, que é líder comunitária. Informa que o Secretário Vander deu a palavra de que, no dia 21/03, as máquinas farão aquele tão sonhado serviço. Menciona que, sempre que chove, aqueles moradores têm suas casas invadidas pela água e, conseqüentemente, a perda de móveis; então, frisa que está na hora de eles serem atendidos. Lembra que o primeiro serviço combinado foi feito, que era o carro hidrolaser desobstruir todos os bueiros lá. Agradece aos secretários que participaram daquela reunião, ao Pastor Marcelo e à Zezé. Também agradece ao Subsecretário Romário e ao Secretário Alexandre Bastos pelo atendimento de um serviço na comunidade de Lambari. Ressalta que, com o assoreamento dos córregos, a água acabou indo para a pista, o que dificultou a passagem tanto a pé quanto de carro. Então, diz que, na sexta-feira, o Subsecretário Romário e sua equipe tiraram a água da estrada com vistas a amenizar o problema; porém, é preciso colocar um manilhamento lá e a Secretaria de Agricultura terminar o serviço de aplicação de revsol, que foi parado próximo à Empresa Petrus. Inclusive conta que as manilhas já chegaram. Registra que, hoje, foi terminada uma parte do manilhamento da Rua João Sasso, no Bairro Paraíso, e, amanhã, começará outra parte, que irá até a casa do Sr. Jairo, que tanto ajudou o Município a limpar aquela via. Agradece à equipe da SEMMAT, que está desempenhando um serviço bem-feito na comunidade. Discordando um pouco do pensamento do Vereador Allan quanto à EDP, agradece a toda a diretoria dessa empresa pelo atendimento, na semana passada, ao Morro do Espirote, no Alto São Geraldo, pois tal comunidade sempre ficava sem energia quando ameaçava a chover, inclusive, na última chuva, os moradores de lá ficaram trinta horas sem luz, o que causou vários prejuízos. Destaca que o pessoal da EDP se comprometeu a fazer, a partir da semana que vem, um pente-fino em toda aquela região, visto que, por conta das muitas árvores, as folhas encostam na fiação elétrica, o que causa a queda de energia. Então, agradece ao Márcio Costalonga e ao Isaías Júnior por terem ido à comunidade do Espirote. Frisa que sempre obteve respostas da EDP, apesar de saber que, às vezes, a empresa não consegue atender a todas as demandas do Município. Reconhece que é preciso reclamar mesmo quando há falhas. / **Leonardo Pinheiro Dutra:** — Diz ao Vereador Vandinho que concorda com o colega Allan quanto à EDP, já que está pedindo há um ano providências quanto a uma árvore gigantesca que está encostando na rede elétrica em Cachoeira Alta, mas a referida empresa até hoje não se prontificou a fazer o serviço. Avisa que, se aquela árvore cair, vai causar muitos transtornos e deixar várias pessoas sem energia. Registra que toda semana liga para o Márcio e para o Fernando, mas eles não resolvem o problema. Pegando um gancho na fala do Vereador Paulinho Careca, diz que o interior pede socorro, embora haja boa vontade do Secretário Alexandre e do Subsecretário Romário. Frisa que, infelizmente, a secretaria não consegue atender o interior como deveria. Comenta que, mesmo as ruas da cidade estando cheias de buracos, ainda se consegue passar nelas, enquanto que no interior, depois das chuvas, muita gente não consegue sequer sair de suas casas. Informa que as máquinas da Secretaria de Interior estão sucateadas ou com defeito; por isso, não



conseguem atender o interior. Ressalta que, diariamente, recebe cobranças das pessoas por conta de as estradas estarem ruins e corre atrás de solução, mas, infelizmente, a Secretaria de Interior não tem condições de atender toda a demanda. Então, pede ao poder municipal que estruture aquela secretaria, pois Cachoeiro tem uma zona rural muito grande. Dirigindo-se ao Governador Casagrande, frisa que este é o momento de o Estado intervir na Santa Casa. Lembra que o governador disse aos vereadores que teve algumas dificuldades com a administração da Santa Casa quanto a uma solução que propôs; porém, alerta que, agora, não é hora de olhar para o problema, e sim de buscar a solução. Recorda que o ex-diretor do DER, Sr. Ênio Bergoli, na época do governo de Paulo Hartung, numa reunião no Mirante para tratar da Serra de Soturno, disse que não tinha jeito para aquela estrada enquanto os acidentes ocorressem por falha humana e imprudência, ao que rebateu, destacando que, se fosse para pensar assim, também não deveria existir cadeia, já que, infelizmente, sempre haverá falha humana, bandidos e assassinos. Ressalta que ocorreram alguns problemas com a Santa Casa de Cachoeiro; entretanto, informa que não são os diretores do referido hospital nem o governador que dependem daquele atendimento, e sim toda a população do Sul do Estado. Alerta que a Santa Casa está a ponto de fechar as portas; assim, pede ao governador que dê uma atenção àquele hospital e faça contatos para tentar agilizar a liberação das emendas propostas por deputados federais e senadores. Inclusive registra que a Senadora Rose de Freitas propôs algumas emendas para a Santa Casa. Deixa claro que os vereadores estão pedindo socorro por Cachoeiro de Itapemirim e por todos os Municípios do Sul do Estado. / Prosseguindo, passou-se ao **Horário das Lideranças**, quando os líderes partidários declinaram da palavra. / Dando continuidade, teve início a **Ordem do Dia**. / **Diogo Pereira Lube, levantando questão de ordem:** — Registra que, segundo foi informado e de acordo com o sistema, o Projeto de Lei 103/2021 está há cento e três dias na Comissão de Justiça. Então, pergunta aos membros da CCJ se foi dado parecer a esse projeto ou se ele foi devolvido. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Ressalta que esse foi o único projeto discutido no dia que o parecer não carregou, mas na ata consta a votação dos membros da comissão. Inclusive comenta que achou que esse projeto já tinha sido votado no final do ano passado, quando da limpeza de pauta. Salienta que os três componentes da comissão votaram pela devolução desse projeto. / A seguir, passou-se à **1ª Discussão** do Projeto de Lei 02/2022 – Allan Albert Lourenço Ferreira (Institui, no âmbito do Município de Cachoeiro de Itapemirim, o uso do colar de girassol como instrumento de auxílio e orientação na identificação de pessoas com deficiência oculta). / Logo após, foi acatado pelo Presidente Brás Zagotto o pedido do Vereador Ely Escarpini para que os requerimentos fossem apreciados em bloco. / Na sequência, **foram aprovados**, em bloco, por unanimidade dos presentes, **os seguintes Requerimentos: 22/2022 – Delandi Pereira Macedo** (Requer que o Exmo. Senhor Ruy Guedes Barbosa Júnior, Secretário Municipal de Governo e Planejamento Estratégico, lhe informe se o terreno na Rua Cabo Taveira, esquina com a Rua Sebastião Manoel de Souza, entre os Bairros Santa Cecília e Abelardo Machado, consta na Prefeitura como área pública); **Enviando Votos de Congratulação: 141, 142, 143, 144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154 e 155/2022 – Osmar Francisco.** / Em seguida, foi colocado **em discussão o Veto 02/2022** ao Projeto de Lei 78/2021, de autoria do Vereador José Carlos Corrêa Cardoso Júnior (Fica garantido aos estudantes do Município de Cachoeiro de Itapemirim o direito constitucional ao aprendizado do vocabulário ortográfico da língua portuguesa). / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Lembra que, quando da votação de seus projetos, os quais, agora, foram vetados pelo Poder Executivo, os vereadores entenderam o benefício que eles poderiam trazer para Cachoeiro de Itapemirim. Inclusive menciona que a própria Prefeitura não soube explicar onde estava a inconstitucionalidade de algumas dessas matérias. Esclarece que esse projeto garante a todos os estudantes de Cachoeiro o aprendizado da língua matriz; portanto, não há nenhum tipo de mudança, de extravio ou de alteração com cunho



ideológico. Frisa que o objetivo desse projeto não é cercear professor, e sim evitar que a língua portuguesa seja deturpada por qualquer movimento ideológico que queira criar formas de falar e de conjugar palavras que não se conjugam. Ressalta que a procuradoria da Câmara pediu que a Comissão de Constituição fizesse algumas alterações ao projeto, e foram apresentadas as emendas para acertar a redação. Diante disso, pede aos vereadores que derrubem o veto, porque esse projeto não vai mexer no que se refere ao poder da secretaria, ele apenas garante o direito da população cachoeirense. Deixa claro que esse projeto não cria cargos, despesas nem obrigação, só estabelece o direito das crianças e dos pais. / **Diogo Pereira Lube:** — Apesar do carinho que tem pelo Vereador Juninho, discorda desse projeto, porque todos os brasileiros já têm a garantia constitucional da língua ortográfica, inclusive respeitando as mudanças socioculturais. Analisa que a preocupação do colega Júnior Corrêa é que nas escolas seja ensinada a linguagem ideológica sem gênero. Então, frisa que há a LDB, Lei das Diretrizes e Bases da Educação, que precisa ser seguida, sem contar que os professores de língua portuguesa fazem o uso da ortografia correta e inibem que esse tipo de prática ortográfica seja dado em sala de aula. Comenta que isso é um neologismo, uma prática cultural que os grupos usam para se identificar; porém, deixa claro que, em sala de aula, isso não é ensinado como regra, pois existem as leis ortográficas, as quais variam de Portugal para o Brasil. Lembra que a palavra filosofia era escrita com “ph” e que muitas outras já mudaram no decorrer da história. Informa que a língua portuguesa do Brasil é de origem greco-latina, mas passa por uma série de sincretismos, como indígena e africano; portanto, enfatiza que não há uma língua portuguesa pura no Brasil e, se houvesse, teria que ser tupi-guarani. Respeita a opinião do Vereador Juninho, mas enfatiza que em nenhum momento a língua portuguesa é tratada de forma não legal nas escolas. Assim, avalia que o projeto do vereador é o mesmo que inventar a roda, já que é garantido o direito constitucional de se ter uma boa explicação dos professores sobre a língua portuguesa; por isso, pede aos colegas que mantenham o veto. / **Adriano Pereira Verediano:** — Diz que tem dúvida se consta desse projeto alguma coisa de gênero. / **Diogo Pereira Lube:** — Menciona que deveriam ter chamado para comparecer à Câmara um professor de língua portuguesa para informar, constitucionalmente, como ele trabalha nas escolas. Ressalta que, como professor de história, sabe que não é ensinado nas escolas a linguagem sem gênero. Comenta que essa é uma forma que grupos da comunidade LGBTQIA+ usam para se identificar e se sentirem respeitados, mas isso não é ensinado em sala de aula. Inclusive registra que no ENEM e em todos os concursos públicos é pedida a língua ortográfica oficial. Repete que isso não é ensinado em sala de aula como regra nem como avaliação. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Diz que não poderia ter deixado o Vereador Diogo falar novamente, mas lhe deu essa permissão por ele ser professor. / **Delandi Pereira Macedo:** — Comenta que o Vereador Diogo está certíssimo no que tange à Constituição, pois a Lei de Diretrizes e Bases da Educação já estipula como deve ser o procedimento nas escolas; porém, analisa que nunca é demais fazer as precauções no âmbito municipal. Salienta que, quando se diz que já existe uma lei federal, parece que não precisa haver lei municipal nem estadual com o mesmo tema; entretanto, lembra que a lei estadual pode estabelecer regras além das que determina a legislação federal. Registra que, às vezes, essas regras são quebradas; por isso, muitas leis são feitas por precaução, a fim de evitar que aconteçam certas coisas. Diante disso, reflete que tal projeto visa evitar que qualquer grupo use o ambiente escolar para implementar essa ideologia. Antecipa o seu voto contra o veto, mas deixa claro que respeita os grupos LGBTQIA+, os quais podem usar esses termos entre eles; porém, acha que é preciso precaver para que isso não seja levado para discussão e ensinamento dentro das salas de aula. / Posto em votação, o **Veto 02/2022**, acima descrito, **foi rejeitado** por quatorze votos contra um do plenário. **Votou a favor:** Diogo Pereira Lube; **votaram contra:** Adriano Pereira Verediano, Alexandre Andreza Macedo, Alexandre Valdo Maitan, Allan Albert Lourenço Ferreira, Delandi



Pereira Macedo, Ely Escarpini, Evandro Miranda, José Carlos Corrêa Cardoso Júnior, Leonardo Cleiton Camargo, Leonardo Pinheiro Dutra, Marcelo Fávero de Oliveira, Paulo Grola, Paulo Sérgio de Almeida e Sandro Dellabella Ferreira. / **Seguem justificativas de voto: / Diogo Pereira Lube:** — Faz a defesa da LDB e da Constituição, cujas leis conhece e domina muito bem enquanto professor. Enfatiza que, caso a Prefeitura não entre com uma ADIN contra esse projeto, fará questão de ir até a última instância para entrar com essa ação. Justifica suas palavras, dizendo que é preciso ter respeito ao que acontece dentro da área da educação. Pede desculpas aos colegas, mas menciona que estão sendo criados cavalos de troia na Câmara contra a Constituição, a LDB e as leis federais. Ressalta que todos os vereadores têm o poder democrático de opinar e de fazer valer suas ideias e convicções morais e éticas, mas, enquanto professor, não pode votar a favor de algo que contraria a LDB e tudo o que os seus colegas de profissão vivem em salas de aula. Avalia que é como se seus colegas tivessem ganhado um atestado de burrice e fossem um bando de doutrinadores nas escolas. Registra que é religioso, tem suas crenças, mas, na Câmara, é um legislador e tem que se posicionar também enquanto educador. Respeita a opinião de cada um, mas destaca que é preciso respeitar também as leis da educação. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Agradece aos colegas que derrubaram o veto do prefeito. Lembra que o Vereador Diogo Lube disse que a LDB é uma lei federal que não permite outras formas da língua portuguesa que estejam fora do padrão. Então, analisa que, se o projeto apenas reafirma o que diz uma lei federal, não há por que vetá-lo, já que não é inconstitucional. Salienta que, talvez, essa ânsia de o vereador querer buscar uma ADIN para derrubar o projeto seja por ele conhecer algum professor amigo que esteja utilizando esse método em sala de aula. Registra que já recebeu denúncia de que alguns professores utilizaram a linguagem neutra em sala de aula, inclusive em provas, que é um documento oficial de uma escola. Deixa claro que não tirou a ideia desse projeto de sua cabeça e acha que, por pressão ideológica de grupos, isso pode vir com mais força, mas é algo que, aos poucos, já vem acontecendo em Cachoeiro e trará confusão para as crianças. / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Comenta que há muitos flagrantes dentro das salas de aula de crianças sendo doutrinadas. Frisa que todos, na idade adulta, são livres para fazerem suas escolhas. Diz que ensina a seus quatro filhos o caminho certo, mas prega a liberdade de escolha. Menciona que nota muitos flagrantes dessa doutrinação entrando nas escolas em um momento inoportuno, ao que não gostaria de ver seus filhos expostos. Então, diz que o seu voto foi só no sentido de se precaver. Lembra que montou um projeto dispendioso sobre poluição sonora, tema já amparado por outras leis, e incluiu alguns artigos novos com vistas a criar uma cerca mais robusta para combater esse mal, o qual foi aprovado, garantindo ainda mais o direito das pessoas. Então, acha válido manter o projeto do colega Júnior. / Continuando, foi colocado **em discussão o Veto 03/2022** ao Projeto de Lei 111/2021, de autoria do Vereador Sandro Dellabella Ferreira (Dispõe sobre o acesso ao estoque de medicamentos de distribuição gratuita pelo Município, e dá outras providências). / **Sandro Dellabella Ferreira:** — Pede aos colegas que mantenham o veto do prefeito. / Posto em votação, **o Veto 03/2022 foi mantido** por unanimidade dos presentes. / **Segue justificativa de voto: / Diogo Pereira Lube:** — Informa que a procuradoria do Município disse que, apesar de esse projeto ser de grande valia, teve vício de iniciativa, ou seja, a Lei Orgânica não permite que vereadores criem despesas para o Município; por isso, votou “sim” ao veto. / Prosseguindo, foi colocado **em discussão o Veto 04/2022** ao Projeto de Lei 106/2021, de iniciativa do Vereador Sandro Dellabella Ferreira (Dispõe sobre a divulgação no Portal da Transparência da destinação de valores de multas de trânsito para cada área beneficiada). / **Sandro Dellabella Ferreira:** — Destaca que esse projeto visa informar na transparência quanto de multa o Município arrecada mensalmente e onde esse dinheiro é aplicado. Então, pede aos vereadores que derrubem o veto. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Ressalta que o projeto que apresentou com vistas a dar transparência aos



serviços públicos também foi vetado pelo prefeito. Analisa que a existência do parlamento é justamente para ser um contraponto ao Poder Executivo. Inclusive lembra que o parlamento surgiu na Inglaterra para ser um freio a Dom João, que, por se achar o supressumo do País, começou a querer tomar terras; por isso, os grupos se uniram e criaram a Carta Magna, limitando o poder do rei. Portanto, frisa que os parlamentares têm o poder de baliza no Município para que o Executivo não extrapole, mesmo que não intencionalmente, em uma ação que possa trazer prejuízos à sociedade. Avalia que esse tipo de projeto que pede transparência principalmente quanto ao dinheiro público é sempre bem-vindo, já que não está interferindo no trabalho do Executivo de aplicar multas e investir o dinheiro em determinadas áreas. Deixa claro que esse projeto apenas pede que seja divulgado no site o valor arrecadado com as multas e onde ele é investido. Pergunta qual é o problema nisso. Então, pede aos colegas que derrubem o veto. / **Diogo Pereira Lube:** — Complementando a fala do Vereador Juninho, diz que a Carta Magna da Inglaterra é do Século XIII e foi ratificada no Século XVI, com a Revolução Inglesa, na verdade, a Revolução Gloriosa, quando foi criada a Bill of Rights, que é uma petição de direitos que limitou ainda mais o poder dos reis e criou a interdependência entre os Poderes, estabelecendo o papel de cada um. Registra que um dos papéis dos legisladores é de fato criar leis, mas, infelizmente, a LOM de Cachoeiro diz o que os vereadores podem ou não fazer. Destaca que o parlamento e a tribuna são soberanos, mas há as esferas dos três Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Portanto, diz que não podem interferir nas decisões de outros Poderes instituídos por leis. Frisa que não podem utilizar uma liberdade de interpretação que muitas vezes foge da liberdade coletiva e rompe totalmente o contrato social das instituições. Considera maravilhoso o projeto do Vereador Sandro, mas poderia ter sido apresentado como indicação ao Poder Executivo. Menciona que, como o prefeito não atende a todas as indicações dos vereadores, eles acabam forçando a aprovação de um projeto para que vire lei e, assim, ganhem em suas bases, cabendo ao Poder Executivo entrar com uma ADIN ou não. Lembra que o Vereador Maitan apresentou um projeto maravilhoso com vistas a atender as mulheres quanto à questão de ponto de ônibus, mas o mesmo foi vetado pelo Executivo, o qual também não apresentou nenhuma ideia que pudesse tornar essa indicação tão boa em lei. Antecipa o seu voto “sim” ao veto e pergunta por que o Prefeito Victor Coelho não transforma essas ideias ótimas da Câmara em leis, convidando os vereadores proponentes a estarem juntos na composição e na autoria delas. Enfatiza que da Câmara saem ideias maravilhosas e sempre em benefício dos munícipes. Propõe ao prefeito que transforme esses projetos que foram vetados em leis do Município. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Informa que o Vereador Chupeta sentiu um mal-estar, foi ao médico e viu que a sua glicose estava em 396. Acrescenta que o Vereador Ary também foi ao hospital. / Posto em votação, o **Veto 04/2022**, acima descrito, **foi mantido** por oito votos contra sete do plenário. **Votaram a favor:** Alexandre Andreza Macedo, Delandi Pereira Macedo, Diogo Pereira Lube, Ely Escarpini, Evandro Miranda, Leonardo Pinheiro Dutra, Marcelo Fávero de Oliveira e Paulo Grola; **votaram contra:** Adriano Pereira Verediano, Alexandre Valdo Maitan, Allan Albert Lourenço Ferreira, José Carlos Corrêa Cardoso Júnior, Leonardo Cleiton Camargo, Paulo Sérgio de Almeida e Sandro Dellabella Ferreira. / A seguir, foi colocado **em discussão o Veto 05/2022** ao Projeto de Lei 85/2021, de autoria do Vereador Sandro Dellabella Ferreira (Dispõe sobre a criação do Programa “Horta na Escola” na rede de ensino municipal, e dá outras providências). / **Sandro Dellabella Ferreira:** — Diz que esse é um projeto bom para os alunos, que aprendem a fazer horta, e também para a comunidade, que pode ter acesso às verduras. Salienta que apresentou esse projeto para beneficiar a população, pois viu que em outras cidades ele já foi implantado. Assim, pede aos vereadores que votem pela derrubada do veto. / **Diogo Pereira Lube:** — Ressalta que está com o coração apertado, pois considera esse projeto maravilhoso; no entanto, ele esbarra na mesma questão dos outros, visto que cria, dentro da rede de ensino municipal, cargo,



programa ou projeto, o que gera despesa, já que será preciso levar um profissional à escola para orientar as crianças quanto à horta. Parabêniza o Vereador Sandro Irmão pelo projeto, mas antecipa que acompanhará o veto por ser de fato vício de iniciativa. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Lembra que havia um programa do Governo Federal nesse sentido. / **Diogo Pereira Lube:** — Informa que existia um programa chamado PIBID, que era de bolsas de iniciação à docência. Comenta que esse programa enviava bolsistas para trabalhar nas escolas, e eles apresentavam projetos, como, por exemplo, o de horta. Acrescenta que havia uma verba do Governo Federal para ser aplicada nas escolas por conta desses projetos, e os professores orientadores ficavam incumbidos de acompanhar os bolsistas. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Menciona que já foi à Escola Anísio Ramos ajudar a Cristina, que era professora de português, quando o Governo Federal destinou 15 mil reais para serem usados na horta. Salienta que os alunos faziam a horta e colhiam os alimentos que eram servidos na merenda escolar e os que sobravam eram doados à comunidade. / Posto em votação, o **Veto 05/2022**, acima descrito, **foi mantido** por oito votos contra sete do plenário. **Votaram a favor:** Alexandre Andreza Macedo, Allan Albert Lourenço Ferreira, Delandi Pereira Macedo, Diogo Pereira Lube, Ely Escarpini, Evandro Miranda, Marcelo Fávero de Oliveira e Paulo Grola; **votaram contra:** Adriano Pereira Verediano, Alexandre Valdo Maitan, José Carlos Corrêa Cardoso Júnior, Leonardo Cleiton Camargo, Leonardo Pinheiro Dutra, Paulo Sérgio de Almeida e Sandro Dellabella Ferreira. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Informa que, para derrubar o veto, é preciso maioria absoluta, ou seja, dez votos. / Na sequência, foi colocado **em discussão o Veto 06/2022** ao Projeto de Lei 107/2021, de autoria do Vereador Marcelo Fávero de Oliveira (Dispõe sobre a publicação, em site oficial do Município na internet, da lista de espera dos pacientes que aguardam por consultas – discriminadas por especialidade – exames, intervenções cirúrgicas e outros procedimentos nos estabelecimentos da rede pública de saúde do Município, e dá outras providências). / **Marcelo Fávero de Oliveira:** — Agradece aos colegas por terem aprovado, por unanimidade, esse projeto, mas, agora, pede que mantenham o veto do prefeito, visto que a funcionalidade do mesmo de fato gera alguns contratempos. Ressalta que o diagnóstico dos pacientes altera muito a fila; portanto, essa lei poderia gerar confusão na prática. Registra que o parecer do procurador do Município diz que “a iniciativa é valorosa, digna de ser levada em consideração pelo gestor municipal”; então, pede ao Poder Executivo que aproveite esse projeto para que de alguma forma transforme isso em prática. Menciona que o Executivo pode criar mecanismos e fazer valer o princípio da transparência, dando oportunidade de os usuários do Sistema Único de Saúde terem a previsão de consulta ou exame, e não ficarem simplesmente no aguardo de uma ligação, que pode demorar um, dois ou até três anos. / Posto em votação, o **Veto 06/2022**, acima descrito, **foi mantido** por unanimidade dos presentes. / Em seguida, foi colocado **em discussão o Veto 07/2021** ao Projeto de Lei 82/2021, de autoria do Vereador José Carlos Corrêa Cardoso Júnior (Cria obrigações para as organizações não governamentais quando receberem, a qualquer título, dinheiro, bens e valores públicos por parte do Município de Cachoeiro de Itapemirim). / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Diz que poderia questionar se os vetos dados a seus projetos foram de acordo com a legalidade ou com o autor, porque, desta vez, não está pedindo transparência ao Poder Executivo. Salienta que, se um dia a Prefeitura decidir fazer uma doação a uma ong, a população vai querer saber em que o dinheiro está sendo usado. Ressalta que há no Brasil uma farra muito grande de alguns grupos políticos ou de interesses próprios que criam ong’s para poderem pegar verba pública e gastar com corrupção e até para lavar dinheiro, embora reconheça que muitas dessas organizações fazem um trabalho fantástico. Deixa claro que a intenção desse projeto é justamente dar transparência ao uso do dinheiro público que vai para essas ong’s. Então, pede aos vereadores que derrubem o veto. / Posto em votação, o **Veto 07/2022**, acima descrito, **foi mantido** por seis votos contra nove do plenário. **Votaram a favor:**

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



Alexandre Andreza Macedo, Allan Albert Lourenço Ferreira, Diogo Pereira Lube, Evandro Miranda, Marcelo Fávero de Oliveira e Paulo Grola; **votaram contra:** Adriano Pereira Verediano, Alexandre Valdo Maitan, Delandi Pereira Macedo, Ely Escarpini, José Carlos Corrêa Cardoso Júnior, Leonardo Cleiton Camargo, Leonardo Pinheiro Dutra, Paulo Sérgio de Almeida e Sandro Dellabella Ferreira. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Repete que, pelo Regimento, o veto precisa de maioria absoluta, ou seja, dez votos. / **Seguem justificativas de voto:** / **Diogo Pereira Lube:** — Diz achar esse projeto também de extrema importância; porém, lembra que existe uma legislação específica sobre o que compete às organizações não governamentais. Registra que já é de incumbência da Casa e dos outros Poderes Legislativos nos âmbitos federal e estadual fazer a fiscalização e exigir a transparência de tudo. Destaca que cabe aos munícipes, aos contribuintes e aos envolvidos nas ong's fazer as averiguações nos portais. Reconhece que não é fácil montar uma organização não governamental nem qualquer coisa como pessoa jurídica e concorda que a burocracia é gigantesca. Repete que há legislações inerentes às ongs no que tange à transparência; por isso, acompanhou o veto. / **Alexandre Andreza Macedo:** — Informa que já existe a Lei da Transparência, que é a de número 12.527/2011. / Seguindo, foi colocado **em discussão o Veto 07/2022** ao Projeto de Lei 102/2021, de iniciativa do Vereador Sandro Dellabella Ferreira (Institui o Programa “IPTU Verde” no Município de Cachoeiro de Itapemirim, e dá outras providências). / **Sandro Dellabella Ferreira:** — Diz que esse projeto visa dar um incentivo quanto ao IPTU para as pessoas que cuidam do meio ambiente, investindo em energia solar e em outras coisas. Registra que o IPTU Verde ou Ecológico tem como objetivo reduzir a taxa de contribuição para aqueles que adotam ações consideradas sustentáveis em seus imóveis, cuja prática vem sendo executada em alguns Municípios do País, sendo um combate à degradação ambiental. / **Diogo Pereira Lube:** — Frisa que esse também é um grande projeto do Vereador Sandro, sendo de fato um incentivo para aqueles que querem contribuir com o meio ambiente. Lembra que a energia solar ainda não é tributada, inclusive alguns órgãos têm aberto financiamento para as pessoas adquirirem os equipamentos para essa instalação. Diz acreditar que, daí a algum tempo, ela terá taxaço. Destaca que, além do vício de iniciativa, já que deveria partir da Prefeitura criar essa isenção de IPTU, isso também foge à Lei de Responsabilidade Fiscal. Ressalta que, ao dar isenção de alguma coisa, possivelmente será criado outro imposto para suprir essa ausência. Antecipa que vai acompanhar o veto do prefeito, embora ache fantástica a essência desse projeto. / **Allan Albert Lourenço Ferreira:** — Salienta que renúncia de receita é uma questão muito complexa, visto que é preciso haver uma compensação. Lembra que há ainda a LDO e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Comenta que deveria vir da Prefeitura para a Câmara uma proposta de como isso seria compensado. Portanto, diz que vai acompanhar o veto do Executivo. / Posto em votação, **o Veto 07/2022 foi mantido** por onze votos contra quatro do plenário. **Votaram a favor:** Adriano Pereira Verediano, Alexandre Andreza Macedo, Allan Albert Lourenço Ferreira, Delandi Pereira Macedo, Diogo Pereira Lube, Ely Escarpini, Evandro Miranda, Leonardo Pinheiro Dutra, Marcelo Fávero de Oliveira, Paulo Grola e Paulo Sérgio de Almeida; **votaram contra:** Alexandre Valdo Maitan, José Carlos Corrêa Cardoso Júnior, Leonardo Cleiton Camargo e Sandro Dellabella Ferreira. / **Brás Zagotto (Presidente):** — Pede ao colega Sandro que faça uma indicação ao Executivo com o mesmo teor desse projeto para que ele envie uma proposta à Câmara, a qual certamente será aprovada pelos vereadores. / **Sandro Dellabella Ferreira:** — Registra que já falou com o secretário sobre isso e espera que o projeto seja enviado ao Legislativo, pois se trata de um benefício para a população. / Dando continuidade, foi colocado **em discussão o Veto 08/2022** ao Projeto de Lei 81/2021, de autoria do Vereador José Carlos Corrêa Cardoso Júnior (Institui a “Declaração Municipal de Direitos da Liberdade Econômica”, e dá outras providências). / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Informa que esse projeto não está alterando nada, apenas dá



mais legalidade aos munícipes, pois fala principalmente sobre os pequenos empresários e os microempreendedores, que são os que mais precisam de apoio. Deixa claro que não está propondo isenção de imposto nem criando uma taxa mais baixa, e sim garantindo que aquilo que a própria Prefeitura já fez por meio de decreto seja transformado em lei. Destaca que, assim, esses programas, em vez de ficarem em decretos e fáceis de serem dissolvidos por futuros prefeitos, podem se tornar lei, garantindo direitos aos microempreendedores de abrirem seus negócios com mais facilidade. Portanto, enfatiza que o projeto não invade competências, pois não cria obrigação para ninguém, simplesmente torna lei o que já é decreto municipal. Então, pede aos colegas que derrubem o veto do prefeito. / **Diogo Pereira Lube:** — Avalia que, a seu ver, de todos os projetos vetados, esse é uma aberração, pois foge totalmente à CLT, Consolidação das Leis do Trabalho, e é uma tentativa de imposição do liberalismo econômico nu e cru de Adam Smith. Frisa que, no papel, tudo é maravilhoso; porém, há coisas que precisam de regulamentação. Concorda com o Vereador Juninho de que é preciso desburocratizar e diminuir os impostos, pois os patrões estão sufocados pela carga tributária. Considera algumas coisas presentes nos artigos desse projeto muito perigosas, como o parágrafo VI, que diz o seguinte: “Desenvolver, executar, operar ou comercializar novas modalidades de produtos e serviços livremente, sem necessidade de autorização prévia para quando tais modalidades não forem abarcadas por norma já existente, ou para quando as normas infralegais se tornarem desatualizadas por força de desenvolvimento tecnológico consolidado...” Cita, como exemplo, a compra de vape, cigarro eletrônico, cuja venda é proibida no Brasil, mas, mesmo assim, as pessoas comercializam tal produto. / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Diz que isso já tem regulamentação. / **Diogo Pereira Lube:** — Pergunta ao colega se ele já viu loja vendendo isso com nota fiscal e pagando imposto ao governo. Frisa que, quando se fala em liberdade econômica, cria-se uma via de mão dupla. Questiona se o dono da empresa pode escolher livremente o horário que o empregado vai trabalhar e qual o valor da hora. Indaga aos vereadores se eles sabem quanto ganha um funcionário do Bob’s. Repete que concorda com a desburocratização e com a diminuição dos impostos, mas acha que é preciso haver regulamentação, visto que a liberdade tem limite. Registra que a liberdade individual para na liberdade coletiva e no contrato social. / Posto em votação, o **Veto 08/2022**, acima descrito, **foi mantido** por dez votos contra cinco do plenário. **Votaram a favor:** Alexandre Andreza Macedo, Allan Albert Lourenço Ferreira, Delandi Pereira Macedo, Diogo Pereira Lube, Ely Escarpini, Evandro Miranda, Leonardo Pinheiro Dutra, Marcelo Fávero de Oliveira, Paulo Grola e Paulo Sérgio de Almeida; **votaram contra:** Adriano Pereira Verediano, Alexandre Valdo Maitan, José Carlos Corrêa Cardoso Júnior, Leonardo Cleiton Camargo e Sandro Dellabella Ferreira. / **Seguem justificativas de voto:** / **José Carlos Corrêa Cardoso Júnior:** — Diz que não vai se estressar, apesar de o Vereador Diogo ter falado em aberração e tentado colocar em cima desse projeto acusações sem cabimento algum. Deixa claro que o projeto não trata de patrão como se fosse um metacapitalista, um George Soros ou um Bill Gates da vida nem define a carga horária de trabalho e o valor da hora, pois quem trata disso é a CLT, que é respeitada. Lembra que o vereador citou que o vape, mesmo sendo proibido, é vendido no Brasil; então, pergunta por que o Estado, que não consegue proibir, não permite que novas formas de tecnologia de produtos possam ser comercializadas, até para conseguir regulamentar depois. Indaga se há como proibir as drogas. Diz que o Vereador Diogo deve falar em sala de aula sobre a regulamentação/proibição das drogas. Questiona se há como proibir a venda de maconha e ele mesmo responde que não, sendo que o Estado não consegue recolher imposto. Analisa que, se fosse permitida a legalização da maconha e fosse colocado um imposto lá em cima, o Estado conseguiria regulamentar, embora reconheça que esse não seria o melhor dos mundos, porque, mesmo com a regulamentação, continuaria tendo desvio e venda fora daquilo que foi aprovado em lei. Pede desculpas ao Vereador Diogo, mas diz que a discussão dele foi balela,

“Feliz a Nação cujo Deus é o Senhor”



visto que não era isso o que o projeto propunha. Agradece aos colegas que votaram contra o veto. / **Diogo Pereira Lube:** — Lembra que o Vereador Júnior já foi seu aluno e sabe que ele, Diogo, nunca trabalhou com disciplina que fizesse a defesa ampla da regulamentação das drogas. Classifica como leviano pontuar essa pauta. Frisa que é preciso parar com esse negócio de direita e de esquerda e de que isso é pauta do Vereador Diogo, porque a esquerda defende a regularização da maconha, mas é contra a regulamentação do vape. Concorda que a fiscalização no Brasil é falha; por isso, as coisas ilícitas continuam acontecendo. Pergunta se é preciso deixar as pessoas morrerem para, depois, regulamentar determinado produto e dizer se ele pode ou não ser vendido. Indaga se as pessoas vão ficar consumindo as coisas sem a aprovação da Anvisa e dos órgãos competentes. Registra que chegam ao Brasil muitos produtos cheios de Cádmiio, os quais as pessoas consomem livremente, mesmo sem terem passado pela Anvisa ou pelo Inmetro. Avalia que a liberdade econômica tem que ser conquistada de forma gradativa. Lembra que, para chegarem ao neoliberalismo, foi preciso passar primeiro pelo capitalismo comercial; depois, pelo capitalismo financeiro e também pelo capitalismo industrial. Comenta que as novas tecnologias continuam chegando; assim, gradativamente, vão existir leis permitindo ou não determinados produtos. Indaga como Cachoeiro vai fazer essa relação com os outros Municípios. Dirigindo-se ao Vereador Juninho, diz que não tem nada pessoal contra ele; pelo contrário, tem muito orgulho do homem que o colega se tornou. Inclusive acha ótimo entrarem em debate, pois prova que o colega é muito melhor do que ele, Diogo, foi como seu professor. / **Paulo Sérgio de Almeida:** — Lembra que o Governo Federal disse que as vacinas contra o Covid tinham que passar primeiro pela avaliação da Anvisa antes de serem compradas, mas o Senador Fabiano Contarato queria que elas fossem compradas para, depois, o governo ver como ficariam as coisas. Deixa claro que pensa de forma contrária ao senador e, por isso, votou a favor do veto. / Logo após, foi colocado **em discussão o Veto 08/2021** ao Projeto de Lei 96/2021, de iniciativa do Vereador Delandi Pereira Macedo (Dispõe sobre o direito de acesso as entidades hospitalares públicas e privadas, bem como aos estabelecimentos prisionais civis e militares, por religiosos de todas as confissões). / **Delandi Pereira Macedo:** — Pede aos colegas que derrubem o veto, porque, a seu ver, tanto a procuradoria da Câmara quanto a do Município não entenderam o projeto. Menciona que, segundo a procuradoria, o projeto era desnecessário, já que existe lei no âmbito federal que garante esse direito. Entretanto, explica que a lei federal diz que a visita hospitalar e ao presídio é assegurada aos religiosos de todas as confissões, independente da função. Acrescenta que no Estado, os deputados aprovaram a Lei 5018/95, que diz que líderes religiosos de qualquer seita ou credo terão livre acesso à visita hospitalar. Pergunta quem são esses líderes religiosos. Conta que as lideranças religiosas estão sendo barradas na visita hospitalar, porque ficou entendido que os líderes religiosos são apenas padres e pastores. Então, registra que o seu projeto está apenas definindo que esses líderes/ministros religiosos são pastores, presbíteros, evangelistas, apóstolos, bispos, padres, anciões, madres e outros equiparados e reconhecidos como ministros de confissão religiosa. Deixa claro que o restante do projeto aprovado na Câmara está simplesmente repetindo o que consta das leis federal e estadual. Então, pede aos colegas que derrubem o veto para que fique esclarecido para as entidades hospitalares e prisionais quem são esses líderes religiosos. / **Leonardo Cleiton Camargo:** — Parabeniza e agradece ao Vereador Delandi pela ótima explicação, inclusive antecipa o seu voto a favor da derrubada do veto. / **Diogo Pereira Lube:** — Diz que, de fato, a procuradoria não alegou inconstitucionalidade do projeto; pelo contrário, até citou dois artigos que garantem a constitucionalidade da matéria. Registra que vai votar contra o veto do prefeito, mas fica preocupado se o projeto trata só das lideranças religiosas cristãs. Pergunta se, por exemplo, a Mãe Canutinha e um Xamã também poderão fazer essas visitas a hospital ou presídio. Avalia que, talvez, a procuradoria tenha entendido que a lei não era necessária por já existir uma garantia



constitucional. Ressalta que, ao citar “demais líderes religiosos”, é preciso pensar no pluralismo de ideias e no multiculturalismo, concedendo o direito a todas as instituições religiosas, como garante o artigo 5º da Constituição. Salaria que a procuradoria pesou a mão sobre uma lei que não vai afetar em nada o andamento do Município, apenas garante um direito constitucional. Comenta que há leis inconstitucionais no Município que o prefeito não vetou nem entrou com ADIN porque não quis. / Posto em votação, o **Veto 08/2021**, acima descrito, **foi aprovado** por unanimidade dos presentes. / **Segue justificativa de voto:** / **Delandi Pereira Macedo:** — Agradece a todos os vereadores pela votação. / E nada mais a ser tratado, foi encerrada a presente Reunião, lavrada e assinada por Ana Rita Sanches Rodrigues Silva, Redatora de Atas. _____